

POLÍTICAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO HABITACIONAL URBANO DE BRASÍLIA

Marília Luiza Peluso de Oliveira*

Nas cidades planejadas, principalmente naquelas que sofreram intenso crescimento, pode-se analisar, por meio das soluções que as autoridades governamentais deram ao problema habitacional, a questão da produção do espaço. Dessa maneira, o conjunto urbano polinucleado constituído pelo Plano Piloto, cidades satélites e um grande número de favelas, chamado de Brasília (mapa no. 1), é o resultado de uma série de políticas adotadas pelo governo da cidade. A atual ocupação do espaço habitacional da cidade corresponde a uma produção pensada e não ao resultado de migrações intensas de populações pobres, sem acesso à residência, nem da natural acomodação dos moradores ao território.

O Modelo Técnico-Científico de Cidade

Inaugurada em 1960, a Capital Federal foi implantada no Centro-Oeste para promover a integração política e econômica do país, como ação deliberada do Estado sobre o território com a intensão de eliminar obstáculos à plena socialização capitalista do espaço. Brasília foi o instrumento dessa socialização, com o intuito de desenvolver o Centro-Oeste ao mesmo tempo que se desenvolvia a região mais industrializada do País, o Sudeste.

*Professora da Universidade de Brasília, Departamento de Geografia.

Os desenvolvimentos regionais seriam combinados, mas desiguais. Brasília, então, faria parte de um processo de industrialização que ocorria distante, seria "indutor dele, como bem o resalta Barbosa (1985), com tudo aquilo que liga uma região às necessidades das indústrias: abertura de estradas, expansão da atividade agrícola, mercado de consumo concentrado, etc.

O corolário dessas políticas foram migrações intensas. Em 1980, a cidade havia atingido cerca de 1.200.000 habitantes. Não deveria, porém, causar admiração o crescimento demográfico porque precisava-se incorporar à cidade praticamente tudo (construí-la, provê-la de infra-estrutura e serviços mais variados) além de manter um número suficiente de trabalhadores para as tarefas mais humildes. Estes, como ocorre comumente em cidades de países subdesenvolvidos, tornam possível o surgimento daquele tipo de economia urbana que Santos (1979) denominou de "circuito inferior", capaz de incorporar um número extremamente elevado de pessoas, mantê-las e dar-lhes pequenos empregos.

A Capital Federal, entretanto enquanto cidade, incorporava algo além do mero elemento econômico, apesar de estreitamente ligada a ele. Brasília seria o "símbolo", como bem o mostra Vesentini... (1986, p.23) do desenvolvimento e, como tal, mitificada pela classe que lhe deu forma, mitificação esta encarnada do Plano Piloto, de Lúcio Costa (mapa no. 2)¹.

O projeto urbano de Brasília é fruto da proposta da Carta de Atenas, que pretendia coordenar e racionalizar as cidades, fazendo-as desenvolverem-se segundo princípios cujas chaves se encontram nas quatro funções urbanas: habitar, trabalhar, recrear-se e circular. Os planos indicariam setores para cada uma delas, de maneira a formar um conjunto harmonioso, integrado e belo, no qual desapareceriam as lutas de classe e as contradições sociais.

Apropriado pela elite modernizante da década de 50, posto em prática pela tecnoburocracia emergente das novas relações sociais de produção, com forte influência do Estado, o Plano Piloto, de Lúcio Costa, permitiu a gestão urbana a partir de um modelo técnico-científico de cidade, que, mitificado, apresentou-se como intocável. Racionalizou-se, assim a ocupação do espaço e a regulação interna da força-de-trabalho, os candangos (trabalhadores da construção civil), tornou-se uma "ação técnica", desprovida de conteúdo social, que adequou meios a fins. No discurso oficial, as mudanças que ocorreram, e foram muitas, ou são "deturpações" do plano original ou o resultado "natural" da convivência das pessoas com a cidade.

O Plano de Lúcio Costa se impôs, então, como uma ideologia utópica, impessoal e abstrata, apropriado por todos os governos ao longo dos últimos 25 anos e lhes ditou as ações, a racionalidade e os meios de atingir seus objetivos de administração pública. Esconde-se, dessa maneira, a historicidade do fato urbano e pretendeu-se a cidade moderna, ideal e perfeita.

Os resultados das políticas embasadas nessa concepção urbanística produziram um espaço fragmentado e, ao mesmo tempo, unificado por decisões centralizadas nos órgãos burocráticos do Plano Piloto.

Pretende-se, neste trabalho descrever e analisar alguns momentos da construção da Capital Federal, sem pretender esgotar todas as ações governamentais que resultavam na segregação espacial dos mais pobres. Trata-se antes de enfatizar alguns aspectos e não outros. Pode-se objetar que toda periodização é arbitrária e não há dúvida quanto a isso.

Entretanto, não se deve visualizar os períodos como estanques, mas ao conjunto deles como um processo que, tendo-se iniciado num determinado momento, leva as propostas de solução que, uma vez postas em prática, ocasionam os problemas e as soluções dos momentos seguintes.

A Criação das Cidades Satélites, de 1956 a 1970

Brasília foi projetada para uma população em torno de 500.000 habitantes². Supunha-se, entretanto, que a cidade, futuramente, crescesse além desse limite. Uma solução, apresentada por Sir Willian Holford membro da Comissão Julgadora do Concurso Público para a escolha do plano urbanístico da nova capital, foi de limitar a cidade-mãe, o Plano Piloto, entre... 500.000 e 600.000 mil habitantes e planejar o desenvolvimento posterior em cidades-satélites bastante autônomas e auto-suficientes, de apoio dentro da região (Leituras, 1965, p.361).

A questão habitacional das classes sociais que residiriam no Plano Piloto foi equacionada de acordo com "a decisão de criar-se uma seqüência contínua de grandes quadras dispostas em ordem dupla e singela de ambos os lados da faixa rodoviária e emolduradas por larga faixa arborizada" (Costa, 1965, p.349).

A cidade não seria ocupada, homogeneamente, por uma única classe social. Para Lúcio Costa (1965, p.349), "a gradação social poderá ser dosada facilmente atribuindo-se maior valor a determinadas quadras".

O Plano Piloto previu, também, habitações individuais, cercadas de arvoredo e campo, para os mais ricos, e a eventual construção de casas de alto

valor arquitetônico, como concessões excepcionais (Costa, 1965, p.349). Atualmente, tornaram-se as Penínsulas Norte e Sul e o Setor de Mansões Park-Way.

Entretanto, a vivência social acumulada por uma sociedade segregada em classes sociais extremamente díspares determinou quem, concretamente, usufruiria ou não, do novo espaço que se estava produzindo. Como acentua Epstein (1973, p.57), a solução apresentada por Lúcio Costa foi incapaz de equacionar corretamente o problema do conflito de classes. Assumia-se que as diferenças entre os moradores da cidade seriam econômicas e não sociais, e variariam dentro de limites bastante estreitos.

Não é isto, porém, o que ocorre em sociedades de classes, nas quais as diferenças de renda familiar correspondem as diferenças, também, entre classes sociais. E considerando ainda, que o mecanismo que acomoda as populações no território é o do mercado imobiliário, mecanismo que se torna, portanto ao mesmo tempo econômico e social, pode-se perceber bastante bem o sentido das medidas adotadas pelas autoridades governamentais do Distrito Federal para a solução do problema da moradia.

E este apresentou-se logo em 1958. Silva (1971, p.231) relata as reivindicações dos candangos por terra e as soluções adotadas pelas autoridades governamentais da época: "ao longo da estrada Brasília-Anápolis, à direita de quem se dirige para a cidade goiana, defronte da Cidade Livre³, cerca de quatro mil pessoas se instalaram em menos de oito dias (...). Tendo construído em poucos dias, principalmente a noite, para burlar a vigilância dos fiscais". Quando Juscelino Kubitschek foi jantar num restaurante da Cidade Livre, os invasores se dirigiram ao seu encontro, reivindicando a posse dos lotes onde haviam construído as habitações. A solução adotada para abrigar os demandantes foi criar a primeira cidade-satélite, que, ao contrário da proposta de Holford, encaminhou-se no sentido de um desenvolvimento anterior ao da Cidade-Mãe, ainda inacabada e sem moradores. A primeira cidade satélite nasce a 5 de julho de 1958, com quatro mil habitantes e já com favelas, a Vila Dimas e a Vila Matias, pois parte da população desalojada não possuía condições monetárias de adquirir habitações no nosso espaço.

A solução das cidades-satélites foi adotada em seguida para fixar populações de acampamentos de firmas empreiteiras, do DNOC (Departamento Nacional de Obras e Canais), Vila Amauri e Vila Planalto, dando origem a Sobradinho e Gama, em 1960.

O Guará teve construção iniciada em 1966 para absorver populações vindas de invasões, núcleos provisórios e funcionários públicos da NOVACAP removidos de acampamentos.

O Núcleo Bandeirante, que deveria ser demolido após a inauguração do Plano Piloto, terminou, após forte resistência de seus moradores, sendo elevada à condição de cidade-satélite, em 1961. A ordenação territorial iniciada em 1964 previa mudanças no traçado urbano e a construção de enorme praça cívica. Daí, resultou que metade dos barracos existentes foram demolidos e os desalojados fundaram, próximo ao Núcleo, as invasões da Vila Tenório e Vila Esperança, junto às pré-existentes favelas do Morro do Querozene, Bernardo Sayão e favela do IAPI (Epstein, 1973, p.80).

Planaltina e Brazlândia, antigas cidades goianas, foram incorporadas ao espaço da nova capital.

Em 1968, a primeira fase de produção do espaço habitacional de Brasília estava completo e a disponibilidade de moradias era insuficiente para a população em constante crescimento, pois a terra, em mãos do governo, por intermédio da NOVACAP⁴, era leiloada parcimoniosamente. O Plano Piloto permanecia muito aquém de sua população limite, enquanto as cidades-satélites aumentavam rapidamente. Em 1970, para uma população total do DR em torno de 520.000 habitantes, o Plano Piloto contava com cerca de 115.000 e as cidades-satélites acumulavam mais ou menos 365.000. O crescimento das cidades-satélites, porém, não significava desafogo para as populações de baixa renda, visto que as soluções do problema habitacional deveriam passar pelo mercado imobiliário, mesmo administrado pelo Estado/NOVACAP. Conseqüentemente as favelas aumentaram muito, tanto na área urbana quanto na rural. Entretanto, a atuação do governo concentrou-se na área urbana, pois ali estava a ameaça ao plano da cidade.

As "ações técnicas" destinadas a racionalizar o uso do território iniciaram-se com a comissão de Supervisão dos Núcleos Habitacionais Provisórios (CSNHP), com a finalidade de "administrar, supervisionar, controlar os núcleos habitacionais não permanentes e situados na área territorial do Distrito Federal" (ocupações, 1981, p.9).

Em 1959, foi criado "um Grupo de Trabalho para estudar e propor medidas sobre a erradicação das favelas da Invasão do IAPI e Vila Tenório" (Ocupações, 1981, p.12), que, em 1970 se transformou em Comissão de Erradicação de Invasões, com "competência deliberativa (...) para planejar, coordenar e executar as medidas resultantes de suas decisões" (Ocupações, 1981, p.16).

Finalmente, aceitou-se que as invasões não deveriam ser fixadas nos locais onde se encontravam e continuou-se o processo de remoção dos favelados. A desobstrução da área central terminou com a erradicação da favela do IAPI e a fixação dos erradicados num novo núcleo habitacional, a

Ceilândia, cujo nome provém, ironicamente, da Comissão de Erradicação de Invasões - CEI. Foram desalojadas cerca de 70.128 pessoas, habitantes de 14.607 barracos.

A regulação da força de trabalho do Distrito Federal terminou por formar uma cidade polinucleada, "um conjunto urbano com núcleos múltiplos (Paviani, 1985), que Cordeiro e Kohlsdorf (1981, p.2) denominam de centro com sua periferia.

Manteve-se o Plano Piloto, de Lúcio Costa, mas a cidade fragmentou-se irremediavelmente.

Consolidação do Fracionamento Espacial: 1970-1985

No início da década de 70, Brasília experimentou novo surto migratório. O número de habitantes saltou de 524.300 para 750.000, em 1975. A retenção da terra, fossem por particulares, fosse pelo Estado, ocasionava aumento exagerado no preço das moradias escassas. A transferência acelerada de órgãos governamentais no período foi um dos grandes motivos do incremento verificado, trazendo para a cidade pobres e ricos e aumentando as disparidades de renda entre o Plano Piloto e as cidades-satélites. Por exemplo, em 1975, a renda per capita no Plano Piloto correspondia a 38 vezes o salário mínimo e em 1979, 43 vezes, enquanto na Ceilândia, para o mesmo período, encontramos 4,7 vezes e 5,3 vezes⁵.

A manutenção do Plano Piloto se fazia empurrando o crescimento para as cidades-satélites. Em 1976, cerca de 47%, da área das duas asas do Plano mantinham-se desocupadas e, nos setores de Mansões, nas penínsulas, 90% dos lotes permaneciam vazios (Gonzales, 1985, p.85). O aumento populacional no período 70-75 foi da ordem de 68,8%, mas o Plano Piloto cresceu apenas 3,6%, ao mesmo tempo que os residentes na cidade-mãe representavam uma parcela cada vez menor da população urbana: em 1970, eram 30%; em 1977, 26% e em 1980, 24%. O número de famílias urbanas era, em 1976, de cerca de 140.618. Entretanto, o número de unidades residenciais definitivas oscilavam em torno de 80.313. Havia, portanto, um saldo de 60.305 famílias vivendo em barracos, em sublocação ou agregados a outras famílias (Gonzales, 1985, p.85). A BHIS⁶ havia construído, até 1973, somente 8.400 residências, concentradas no Guará (6.000) e em Taguatinga (1.600).

Uma série de pressões fazia-se sobre as autoridades governamentais: pressão para abrir novos espaços habitacionais, tanto para os mais pobres

como para os mais ricos, haja vista a desocupação do Plano Piloto; pressão para criar novas fontes de emprego, como abrir a cidade para a industrialização.

Fazia-se necessário tomar decisões que, por um lado "racionalizassem" a ocupação espacial dentro do DF, balizando o rumo das novas ações técnicas e, por outro lado, indicassem o que se tornaria a nova Capital Federal quanto a uma política de empregos, pois esta reverteria sobre a política habitacional.

As discussões e, de certa maneira, a atuação do governo, podem ser seguidas no 1o. Seminário de Planejamento Governamental de Brasília (1o. SEPLAG), realizado entre 21 e 26 de novembro de 1975.

Resumindo os dias de discussão, a visão do governo foi de que:

1) Brasília devia ser mantida como cidade-administrativa, portanto, com reduzido número de habitantes, sem oferecer novas alternativas de emprego;

2) O crescimento demográfico acelerado chocava-se com este propósito básico;

3) O desafogo populacional devia ser realizado no entorno, na assim chamada "Região Geoeconômica", ou seja, nos municípios vizinhos.

Quanto a questão habitacional do DF, estabeleceu-se que provavelmente, o crescimento populacional dificilmente seria contido e as propostas foram no sentido de orientar a localização dos novos contingentes que demandariam Brasília, no futuro. Para tanto, foi desenvolvido o Plano Estrutural de Organização Territorial (PEOT), tendo em vista um planejamento global do território do DF e prevendo áreas de expansão futura.

A área proposta para os futuros assentamentos eram vistas como pré-anunciadora da formação de uma densa aglomeração urbana que, partindo do conjunto Taguatinga-Ceilândia, englobaria o Gama e se estenderia pelo município de Luziânia, com uma população superior a 1,5 mil habitantes (PEOT, vol. I, p.209). Dentro do DF se localizariam 960.000, de tal maneira que no ano 2000, a população da capital federal totalizasse cerca de 2.400.000 habitantes.

Com as recomendações do 1o. SEPLAG e as propostas do PEOT, o Governo do Distrito Federal (GDF) encontrava-se de posse de uma política de empregos e de assentamentos habitacionais, que explicitava prioridades definidas a escala local para os diversos órgãos públicos encarregados da gestão da cidade. Partiu de problemas específicos sentidos, na época, com o acelerado crescimento demográfico e buscou manter intacto, tanto quanto possível, o plano de Lúcio Costa e conter as cidades-satélites já instaladas.

Em inícios da década de 80, a política habitacional do GDF procurou implementar o PEOT e seguir as recomendações de limitar as funções da

cidade e, de certa maneira, a oferta habitacional. Em 1984, a primeira cidade-satélite dos assentamentos do PEOT, a Samambaia, entrou em fase do projeto para implementação por etapas, mas a oferta de lotes fez-se lentamente, com a licitação dos lotes a um preço só acessível à classe média.

Como os novos terrenos estavam fora das possibilidades dos mais pobres, o governo instalou o PAPE - Programa de Assentamentos Populacional de Emergência, executado de 1983-1985, operacionalizado dentro dos padrões do PROMORAR (Programa de Erradicação de Sub-habitações, no âmbito do extinto Banco Nacional de Habitação). O programa fez-se em sentido contrário ao PEOT, pois as populações seriam assentadas nos próprios locais de moradia ou próximos a elas, nas cidades-satélites onde houvessem invasões, como a Nova Divineia e a Candangolândia, no Núcleo Bandeirante, e a Quadra 23, no Guará, por exemplo.

Pretendia-se atingir cerca de 17.366 famílias, dos 100.000 moradores em favelas, fundos de lotes, etc. Atendeu-se a 14.000 delas, em espaços diferenciados, dos quais parte já mudou de dono: passavam para a classe média baixa, incapaz de encontrar moradia acessível aos seus salários.

No início da década de 80, percebe-se que, a par de uma tendência centrífuga, outra contrária, em direção ao centro, se fazia sentir como prenunciadora das novas políticas habitacionais, após 1985.

O Período Atual: O Caos Urbano?

Após 1985, as propostas dos governantes da cidade incorporaram as premissas anteriores de manter Brasília como centro político-administrativo, em tentar conter o fluxo migratório e em preservar o Plano Piloto, de Lúcio Costa, inclusive tombando-o, em 1987, como monumento público.

Entretanto, a medida que as superquadras e as penínsulas se povoam, crescem as demandas por novos espaços para construir em áreas próximas ao centro, já agora extremamente escassas. Segundo as recomendações de 1o. SEPLAC, acelerou-se a venda de projeções nas superquadras, mas para que empresas particulares as revendam pelo melhor preço.

Acelerou-se, também, a venda de lotes nas penínsulas norte e sul, aumentando-as desmensuradamente. De certa maneira desfogou-se, na década de 70, o problema de morar das classes médias. Procurou-se, igualmente, conter construções em larga escala, como maneira de sustar as migrações. A questão do emprego ligada a este aspecto consta da seguinte

recomendação "racionalização do ritmo de obras do Distrito Federal, com o intuito de estabilizar o mercado de trabalho" (1o. SEPLAC, Vol. VI, p.89).

Na década de 80, já com uma população de 1.200.000 habitantes, longe, portanto do estabelecido pelo PEOT, o Distrito Federal enfrentou novo e agudo problema habitacional para todas as classes sociais. Os alugueis e o preço dos imóveis subiram assustadoramente. O aumento do preço da terra e da habitação tornou os menos ricos, mesmo dentro da classe acima de 6 salários mínimos, incapazes de se manterem nas áreas elitizadas no Plano Piloto e penínsulas norte e sul e a classe média foi empurrada para as cidades-satélites, deslocando os mais pobres para as invasões ou para os loteamentos nos municípios limítrofes do DF.

As medidas adotadas pelas autoridades fizeram-se em direções conflitantes, das quais podemos, de maneira geral, indicar três.

A primeira delas foi reforçar a cidade-mãe com um novo plano de expansão, chamado de "Brasília Revisitada (1985-1987)", no qual se pretende a construção de seis novas áreas: duas localizam-se na parte oeste da cidade, ao longo da Estrada Parque Indústria e Abastecimento; a terceira seria a fixação de um antigo acampamento no Plano Piloto, cujos moradores empreenderam uma bem sucedida campanha contra a erradicação; a quarta seria de quadras comerciais na fronteira do Plano Piloto; as duas últimas, as Asas Novas Norte e Sul, além do Lago Paranoá.

Evidentemente, esses novos assentamentos implicarão em modificações no Plano Piloto, nem que seja para estabelecer comunicação entre as novas áreas e as antigas.

A segunda direção foi acelerar a comercialização da cidade-satélite de Samambaia, prevista para abrigar cerca de 300.000 pessoas (mas a venda dos lotes é ainda muito lenta).

A terceira direção, como o número de favelas e favelados aumentam constantemente, é no sentido de conter as invasões menores e, paradoxalmente, fixar as mais antigas, de resto impossíveis de erradicar, devido ao seu tamanho. Assim a Vila Paranoá, com cerca de 4.000 barracos, já tem em estudo um plano de construção de infra-estrutura e de regularização dos lotes.

Outros invasores foram menos felizes. Um caso bem documentado pela imprensa referiu-se aos "invasores da 110 Norte". Trata-se de cerca de 500 famílias que se apossaram de lotes na SQN (Super Quadra Norte) 510 e nelas construíram seus barracos, em março de 1987. O governo dispôs-se a convencer os moradores da invasão a mudarem-se para Brasilinha, município vizinho, em lotes doados pela prefeitura local, a cerca de 50km do Plano

Piloto, ou para Santo Antônio do Descoberto, outro município igualmente distante. Os que aceitaram a sugestão do governo tornaram-se mais e mais periféricos. Os outros, voltaram para outras favelas ou para as sub-locações em "fundos de quintal", locais de onde haviam saído.

As medidas governamentais apontam ainda num quarto sentido, este porém já fora do território do Distrito Federal: os municípios do assim chamado "entorno do DF", limítrofes à Capital Federal e cujas cidades são incorporadas como "dormitórios" para uma população que trabalha em Brasília, mas não ganha o suficiente para morar dentro de seus limites. A oferta especulativa de espaços habitacionais por empresas imobiliárias transformou estes municípios num imenso abrigo de populações pobres. Os lotes colocados a venda, a razão de uma família de 5 pessoas por lote, poderão abrigar mais de três milhões de pessoas. Atualmente, contam com apenas 540.000, em habitações precárias e carentes de infra-estruturas.

Perspectivas para o Futuro do Plano Piloto e de Brasília

O Plano Piloto, enquanto modelo de ocupação físico-espacial implementado como se estivesse fora e além das relações sociais, pode ser mantido e podemos dizer, bastante preservado por um período no qual os governantes foram escolhidos e não eleitos.

Os caminhos a serem seguidos no futuro, bem o acreditamos, seguem as soluções eleitorais, nas quais os excluídos do Plano Piloto escolherão os futuros administradores da cidade. Isto talvez signifique mudanças, talvez não. No cenário brasileiro, eleições nunca acabaram com as periferias urbanas, mas algum tipo de compromisso social será, com toda certeza, celebrado entre os políticos locais e os eleitores carentes de habitação e este compromisso reverterá sobre o Plano Piloto.

Como resultado global das políticas adotadas até o momento, Brasília enquanto projeto urbano, fragmentou-se, pois as cidades-satélites terminaram por apresentar identidades próprias. O Guará, por exemplo, é quase uma cidade de classe média; Taguatinga tende a concentrar as atividades industriais e Ceilândia tornou-se um grande reservatório de força-de-trabalho.

A impressão é de que Brasília, ao invés de expandir-se, terminou por ficar restrita ao Plano Piloto e a fragmentação reduziu a Capital Federal a um pequeno território do Distrito Federal.

Um fato, porém, deve ser considerado para o futuro: a gestão urbana incorporará, por meio de pressões, as demandas dos espaços criados para

manter intacto o modelo técnico-burocrático de cidades, pois as cidades são relações sociais materializadas em espaço construído.

Notas

- ¹A 12 de março de 1957, instalou-se a Comissão Julgadora do Concurso Público para a escolha do Plano Urbanístico da Nova Capital do Brasil; nos dias 13 e 14, a Comissão reuniu-se para o exame dos projetos; no dia 16, escolheu o Projeto no. 22, da autoria de Lúcio Costa.
- ²A Lei no. 1.803, de 05 de janeiro de 1953, que autorizou o Poder Executivo a realizar estudos definitivos sobre a localização da Nova Capital da República, recomenda que estes se fizessem numa base de 500.000 habitantes. Estipulava, também, uma área de cerca de 5.000km² para a constituição do Distrito Federal (Silva, 1971, p.58-59).
- ³A Cidade Livre foi implantada em 1956, como base da construção de Brasília e como núcleo provisório, onde se estabeleceu o primeiro comércio e a residência dos pioneiros, em terrenos cedidos em regime de comodato, pois a cidade seria demolida após a inauguração de Brasília.
- ⁴A NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital, à qual foi atribuída a execução das obras e serviços de interesse da cidade, foi criada pela Lei n. 2.874. Uma dentre as suas muitas atribuições, era o planejamento e execução de todas as obras referentes à construção de cidade; outra, a aquisição, permuta, alienação, locação e arrendamento de imóveis na área do novo Distrito Federal. Em 1973, seu departamento imobiliário tornou-se autônomo, com a designação de TERRACAP - Companhia Imobiliária do DF. O sistema de vendas de terra era, e continua sendo, o de leilões.
- ⁵O Salário Mínimo, em 1975, correspondia a Cr\$ 532,80 e em 1979 a Cr\$ 2.268,00.
- ⁶Sociedade de Habitações de Interesse Social, órgão governamental responsável pela construção de casas populares.

Bibliografia

- Barbosa, Ignez Costa. O processo de urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília. In: Paviani, A. (org.). **Brasília, Ideologia e Realidade. O espaço urbano em questão**, São Paulo: Editora Projeto, 1985.
- Chaui, Marilena. **Cultura e Democracia. O discurso competente e outras falas**. São Paulo: Editora Moderna, 1984.
- CODEPLAN. **Sugestões para a erradicação de habitações sub-urbanas do Distrito Federal (invasão do IAPI-Vila Tenório)**. 1o. Seminário de Serviços Sociais do DF, ago./set. 1969.
- _____. (Convênio SEPLAN/GDF). **Plano Estrutural de Organização do DF (PEOT)**. Brasília, 1977.
- Cordeiro, L.A. e Kohlsdorf, G. Brasília: algumas especulações perspectivas. In: Paviani, A. (org.). **Brasília, Ideologia e Realidade. O espaço urbano em questão**. São Paulo: Editora Projeto, 1985.
- Costa, Lúcio. Relatório de Lúcio Costa sobre o Plano Piloto de Brasília. In: **Leituras de Planejamento e Urbanismo**. Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1965.
- Epstein, David G. **Plan and Reality. A Study of Planned and Spontaneous Urban Development**. University of California Press, 1973.
- Gonzales, Suely Franco Neto. As formas concretas da segregação residencial em Brasília. In: Paviani, A. (org.). **Brasília, Ideologia e Realidade. O espaço urbano em questão**. São Paulo: Editora Projeto, 1985.
- Holford, William. Impressões de Sir William Holford sobre o projeto Lúcio Costa para Brasília. In: **Leituras de Planejamento e Urbanismo**. Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1965.

Oliveira, Marília L. Peluso de. **O mercado imobiliário urbano na periferia do Distrito Federal: um estudo de caso - a cidade Ocidental**. Tese de Mestrado para o curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, UnB. Brasília, 1983.

_____. **Contradições e conflitos no espaço de classes**. In: Paviani, A. (org.). **A gestão dos conflitos em Brasília**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/CODEPLAN, 1987.

Paviani, Aldo. **A metrópole terciária**. In: Paviani, A. **Brasília, Ideologia e Realidade. O espaço urbano em questão**. São Paulo: Editora Projeto, 1985.

Santos, Milton. **Economia Espacial**. São Paulo: Hucitec, 1979.

Silva, Ernesto. **História de Brasília**. Brasília: Coordenada Editora, 1971.

Vesentini, José Willian. **A Capital da Geografia**. São Paulo: Editora Ática, 1986.